



FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

Avenida Manuel da Maia, 26 - 4º Dto - 1000-201 LISBOA - Portugal

Tel. (351) 21 8478774 / 5 / 6 Fax (351) 21 8474582

<http://www.fep.pt> E-mail: direccao@fep.pt

CIRCULAR Nº 21 DIR / 2002

Lisboa, 29 de Julho de 2002

ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS CENTROS HÍPICOS FEDERADOS

DESENVOLVIMENTO DA CIRCULAR Nº 20 ADM /2002

1. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS – LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

a. Transcrevem-se seguidamente as **Conclusões** da Circular nº 21 ADM / 2001 de 02/10:

a) O facto de não terem sido publicados ainda os Decretos Regulamentares relativos aos Dec.-Lei nºs 317/97 e 385/99 não dispensa as Organizações Equestres de tratarem imediatamente junto do **IND** do Licenciamento de Funcionamento (se é que já obtiveram o Licenciamento Camarário para a construção), solicitando o respectivo alvará sem o qual estão já sujeitos a sanções pesadas. Devem igualmente apresentar já a inscrição do seu Responsável Técnico, independentemente da formação que este tenha.

b) Esta iniciativa deve igualmente ser tomada pelas Empresas de Animação Turística cuja actividade inclua qualquer ramo da equitação, designadamente o Turismo Equestre, mesmo que já possuam o licenciamento da Direcção-Geral de Turismo. Esse facto não as vai livrar das coimas ou mesmo interdições de actividade equestre que os D.L. 317/97 e 385/99 estabelecem (ver alínea b. do nº 2 do Artº 6º, conjugadas com os nºs 1 e 3 do Artº 13º do D.L. nº 204/00

c) A inscrição do Responsável Técnico no **CEFD**, independentemente de se tratar de instalações formativas, de espectáculo, ou de turismo equestre não é, de todo, um problema ultrapassado. Ela deverá ser feita indicando a pessoa tecnicamente mais qualificada ainda que não tenha qualquer curso. Esse assunto será necessariamente apreciado tendo em conta as carências de oferta verificadas neste mercado de emprego quanto à qualificação do pessoal disponível.

d) As Câmaras Municipais não podiam, legalmente, passar o licenciamento de construção sem o parecer favorável do **IND**. É um problema que nos ultrapassa, mas para o qual já alertamos a Associação Nacional de Municípios.

e) No caso do Turismo Equestre a Direcção-Geral de Turismo só deverá conceder a licença de funcionamento às organizações turísticas que integram actividade equestre, depois de obtido o alvará passado pelo **IND**, e de inscrito no **CEFD** o Responsável Técnico. O **ICEP** não deverá promover organizações que não cumpram o que as disposições legais estabelecem, pois só assim pode garantir a promoção de uma actividade segura.

f) A Federação Equestre Portuguesa funcionará sempre como elemento de apoio das Organizações Equestres e respectivos praticantes, defendendo os seus interesses segundo a letra e do espírito da legislação em vigor, procurando seguir as orientações estabelecidas na Lei de Bases do Sistema Desportivo, designadamente nos aspectos da formação, quer ela seja de profissionais quer seja de praticantes de qualquer das disciplinas. Só essa postura garantirá que a actividade equestre seja segura e aliciente para os seus praticantes. Não é contemporizando com eventuais interesses instalados que conseguiremos aumentar o número de praticantes e melhorar a qualidade desportiva individual, ou seja a qualidade das representações nacionais.

g) A FEP estará também e sempre, aberta à colaboração com os Órgãos especializados do Ministério da Juventude e do Desporto, com a Direcção-Geral de Turismo, e com todas as demais Instituições que tenham ligações à actividade equestre.

b. Os decretos regulamentares não foram ainda publicados, contudo em caso de acidente ou anomalia grave verificada num Centro Hípico que não inscreveu o Responsável Técnico ou não requereu os Licenciamentos (Construção e Funcionamento), esse Centro não poderá argumentar com a falta de publicação dos decretos regulamentares para ilibar a sua responsabilidade. No caso de ter feito a inscrição e requerido os Licenciamentos, se estas não lhe foram concedidas por inexistência de regulamentação, a responsabilidade transita para a entidade que não cumpriu os prazos de publicação dos respectivos decretos, há muito ultrapassados.

c. Quanto à nomeação dos Responsáveis Técnicos foi firmado um Protocolo entre o CEFD e a FEP funcionando a Federação como órgão técnico consultivo do Centro de Estudos e Formação Desportiva. Assim, as inscrições apresentadas pelos Centros Hípicos são submetidas a apreciação da FEP para verificação da tipologia do Centro Hípico, análise do curriculum formativo do Técnico proposto, e verificação da respectiva adequação (nº 2 do artº 6º do DL 385/99). Assim, o CEFD passou já a ter capacidade técnica para aprovar ou rejeitar qualquer inscrição que lhe seja presente.

A FEP não deixará de considerar, no seu parecer, as carências de oferta no mercado deste tipo de técnicos, podendo recomendar o estabelecimento de prazos razoáveis para apresentação do técnico com curriculum formativo adequado. O que a FEP nada poderá fazer é em relação aos Centros Hípicos que não tenham procedido à inscrição de alguém para Responsável Técnico.

d. Quanto aos Licenciamentos previstos no DL 317/97, é indispensável que as instalações tenham obtido o licenciamento da construção da respectiva Câmara Municipal previsto na Secção II do referido diploma. Após obtido esse licenciamento, com o respectivo alvará de utilização camarária, bem como inscrito o Responsável Técnico, é indispensável requerer ao Instituto Nacional do Desporto IND a Licença de Funcionamento e respectivo alvará (Secção III) e aguardar a resposta daquele Instituto referindo não estar publicado ainda o decreto que regulamenta as vistorias, resposta que os Centros devem guardar para salvaguarda da sua responsabilidade em caso de necessidade. Chama-se contudo a atenção dos Centros para o disposto no nº 4 do artº 15º onde estabelece um prazo de 60 dias para o IND realizar a vistoria. No nº 5 do mesmo artigo diz-se que *"a não realização da vistoria no prazo fixado.... ou a falta de decisão final no termo do prazo.....valem como indeferimento do pedido de licença de funcionamento."*

Esta situação é paradoxal pois conduz ao indeferimento implícito de todos os requerimentos até que o decreto regulamentar seja publicado o que é inaceitável.

A FEP vai tomar uma posição nesta matéria junto do IND, oferecendo os seus serviços técnicos tal como fez com o CEFD, tanto mais que o DL estabelece coimas fortíssimas para quem funcionar sem licença.

e. Deste modo, a FEP está disponível para apoiar tecnicamente o IND quanto às vistorias e é possível que tal venha a verificar-se. Se tal acontecer os Centros Hípicos Federados poderão contar com a colaboração da FEP no sentido de lhes serem transmitidas as irregularidades ou aspectos a melhorar no sentido de obterem um parecer favorável na vistoria. Aliás, a classificação por níveis (estrelas ou esporas) referida na Circular nº 20 ADM / 2002, constituirá uma certificação da FEP que terá necessariamente reflexos no resultado da vistoria.

f. Para facilidade de execução apresenta-se seguidamente uma Minuta para a carta a dirigir ao Director do CEFD a propor a **inscrição** de um Responsável Técnico, que deve ser enviada pela entidade que gere e explora o Centro Hípico, e **que tem a validade de um ano** devendo ser renovada findo esse prazo. Independentemente desta Minuta os CH devem consultar o artº 9º do DL 385/99.

Exmo. Senhor
Director do Centro de Estudos e Formação Desportiva

A Sociedade....., com sede
....., pessoa colectiva nº vem, nos termos do nº1 do
artº 9º do Decreto Lei nº 385/99 de 28 de Setembro, inscrever como Responsável Técnico da
sua actividade equestre

- a) (nome e identificação da pessoa designada)
- b) (indicação do nível de formação específica do mesmo)
- c) (indicação da instalação onde ele vai exercer essas funções)

(Data).....de.....de 200....

(Assinatura(s)).....

g. Para facilidade de execução apresenta-se seguidamente uma Minuta para o requerimento a apresentar ao IND de acordo com o nº 1 do artº 15º do DL 317/97 que será a única forma dos Centros ilibarem a sua responsabilidade em caso de acidente ou ocorrência grave.

Exmo Senhor
Presidente do Instituto Nacional do Desporto

A Sociedade....., com sede
....., pessoa colectiva nº vem, nos termos do nº 1 do artº
15º do Decreto Lei nº 317/97 de 25 de Novembro, requerer que lhe seja emitida a licença de
funcionamento da actividade equestre, e ao abrigo do nº 1 do artº 17º do mesmo diploma, vem
requerer que uma vez concedida a citada licença, lhe seja emitido o correspondente alvará.

Espera deferimento.

(Data).....de.....de 200....

Assinatura(s).....

2. CLASSIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS C.H. FEDERADOS

a. Qualquer Centro Hípico Federado (Rede Nacional) pode ter várias classificações, conforme a actividade que desempenha. Assim, um C.H. que dispõe de Escola de Formação de Praticantes é classificado como Centro de Formação de uma ou mais estrelas consoante o nível respectivo. Contudo esse mesmo C.H. destina-se muitas vezes à prática desportiva dos seus associados, dispondo de instalações e outros meios para isso, devendo ser classificado também como Centro Hípico de Prática Desportiva e correspondendo-lhe, consoante o nível qualitativo e quantitativo atingido a espada de ouro, prata, ou bronze. Este Centro Hípico teria duas classificações distintas e dois certificados, com as validades expressas na referida Circular

b. Admite-se igualmente que um determinado Centro Hípico Federado possa ter mais do que um Responsável Técnico. Veja-se o caso de um C.H. que tem uma secção de equitação terapêutica, outra de turismo equestre, e ainda outra de formação normal de praticantes. Dificilmente se encontraria um técnico que juntasse no seu curriculum todas estas valências formativas. Isto não impede que se verifiquem acumulações, contudo elas têm de ser suportadas por formação curricular adequada.

3. ACÇÕES A DESENVOLVER

- Comunicar à FEP, por e-mail, carta, ou fax, a caracterização do Centro Hípico, isto é, o grupo ou grupos em que se integra face às descrições constantes da Circular nº 20 ADM / 2002, detalhando o melhor que for possível as instalações, o pessoal técnico e de apoio, as montadas e suas características, os equipamentos, as actividades a que se dedica (priorizando-as se possível), as áreas, as infra-estruturas de lazer (restauração, piscina, hotelaria, etc.), a situação face aos diplomas legais, as suas necessidades.
- A FEP reformulou a sua base de dados informática prevendo já o preenchimento destas e de outras características e recursos, pelo que imediatamente procederá ao carregamento dos dados e estabelecerá o plano de visitas de apoio aos Centros Federados no sentido de analisar os níveis qualitativos e quantitativos para seguidamente passar os respectivos Certificados. De posse destes certificados os C.H. Federados ficam mais protegidos relativamente às eventuais vitórias oficiais que se venham a realizar.
- A Certificação dos Centros constará no site da FEP, bem como no newsletter bimensal, prevendo-se que o site venha a dispor de espaço para ser utilizado livremente pelos C.H. Federados, com promoção própria.

Pela FEP

Cor. João Bilstein de Sequeira
vice-presidente